

TEMPOS CONSERVADORES

estudos críticos sobre as direitas

VOLUME 2: DIREITAS NO CONESUL



Organizadores:

Rodrigo Jurucê Mattos Gonçalves | Marcos Vinicius Ribeiro | Guilherme Ignácio Franco de Andrade

TEMPOS CONSERVADORES

estudos críticos
sobre as direitas

VOLUME 2: DIREITAS NO CONE SUL

Organização

Rodrigo Jurucê Mattos Gonçalves
Marcos Vinicius Ribeiro
Guilherme Ignácio Franco de Andrade



Goiânia, 2018

Copyright © 2018 Edições Gárgula

A marca — **Edições Gárgula** — está organizada como selo editorial do Núcleo de Estudos e Pesquisas em História Contemporânea da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás (NEPHC/FH/UFG) e do Grupo de Pesquisa Capitalismo e História: Instituições, Cultura e Classes Sociais (UFG/CNPq). Seu propósito editorial é o de publicar a produção intelectual dos professores e pesquisadores que compõem o NEPHC e o GP Capitalismo e História, além de outros autores convidados pelos editores. Trata-se de um selo editorial de autores associados e sem fins lucrativos.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Tempos conservadores: estudos críticos sobre as direitas. Volume 2: Direitas no Cone Sul / Organização: Rodrigo Jurucê Mattos Gonçalves, Marcos Vinicius Ribeiro e Guilherme Ignácio Franco de Andrade. Goiânia: Edições Gárgula, 2018. 260 p.

ISBN: 978-85-400-2563-9

1. História. 2. História do Brasil. 3. Ciência Política. 4. Rodrigo Jurucê Mattos Gonçalves. 5. Marcos Vinicius Ribeiro. 6. Guilherme Ignácio Franco de Andrade.

Editores

Prof. Dr. David Maciel (FH/UFG)

Prof. Dr. João Alberto da Costa Pinto (FH/UFG)

Conselho Editorial

Atanásio Mykonios (UFVJM)

Carla Luciana (Unioeste)

Cláudio Maia (UFG/Catalão)

Dilma de Paula Andrade (UFU)

Eurelino Coelho (UEFS)

Fábio Maza (UFS)

Gilberto Calil (Unioeste)

Gilson Dantas (NEPHC)

Lucia Bruno (USP)

Marcos Del Roio (Unesp/Marília)

Maria Letícia Corrêa (UERJ)

Maurício Sardá de Faria (UFPB)

Paulo Vergílio Marques Dias (GPEL/USP)

Ricardo Müller (UFSC)

Walmir Barbosa (IFG/Goiânia)

Organização

Rodrigo Jurucê Mattos Gonçalves

Marcos Vinicius Ribeiro

Guilherme Ignácio Franco de Andrade

Editoração eletrônica

Carol Piva

Revisão

Ana Carolina Neves

Capa

Baseada na litografia *The Bosses of the Senate* (1889), de Joseph Keppler.

Sumário

Nota dos organizadores	5
Prefácio	7
<i>Pedro Leão da Costa Neto</i>	
Homenagem Em memória de Lucas Patschiki (1983-2017) e Alexandre Blankl Batista (1980-2018)	15
Sobre Lucão, <i>David Maciel</i>	
Lucas, um grande!, <i>Carla Luciana Silva</i>	
Nota sobre Lucas Patschiki (1983-2017), <i>Rodrigo Jurucê Mattos Gonçalves</i> <i>In memoriam</i> de Alexandre Blankl Batista: ou sobre como viver e fazer as coisas de forma benfeita e caprichada, <i>Marcio Antônio Both da Silva</i>	
Vínculos locais e conexões transnacionais dos anticomunistas na Argentina e no Uruguai (1958-1973)	48
<i>Ernesto Bohoslavsky e Magdalena Broquetas</i>	
Partido de Representação Popular: estrutura interna e inserção eleitoral (1945-1965)	71
<i>Gilberto Calil</i>	
Modernização conservadora, concentração fundiária e êxodo rural: contradições de uma microrregião no Oeste do Paraná	106
<i>Marcos Alexandre Smaniotto</i>	
Golpe de Estado e luta de classes no Paraguai recente: a deposição de Fernando Lugo (2012)	140
<i>Marcos Vinicius Ribeiro</i>	
Em defesa da nação, da pátria e da família: uma análise sobre o Prona na Câmara dos Deputados (2000-2006)	160
<i>Odilon Caldeira Neto</i>	
Argumentos y anhelos golpistas en los intelectuales de derechas en la Argentina del siglo XX. Una mirada de largo plazo	186
<i>Olga Echeverría</i>	
Miguel Reale e o pensamento autocrático	214
<i>Rodrigo Jurucê Mattos Gonçalves</i>	
Um beijo autoritário através do Atlântico: os diálogos entre a intelligentsia brasileira e portuguesa na Revista Brasília (1942-1944)	234
<i>Marcello Felisberto Moraes de Assunção</i>	

Vínculos locais e conexões transnacionais dos anticomunistas na Argentina e no Uruguai (1958-1973)¹

Ernesto Bohoslavsky²

Magdalena Broquetas³

Entre o final da década de 1950 e os golpes de Estado dos anos 1970, cresceram e desenvolveram-se, na Argentina e no Uruguai, organizações políticas cuja preocupação central era o combate à entrada comunista. Essas organizações estabeleceram vínculos explícitos e clandestinos entre elas, a partir de seus princípios ideológicos (e seus inimigos) compartilhados. Apesar daqueles laços estarem unidos por uma comum convocatória a lutar contra o comunismo nas escalas locais e planetárias, ocasionalmente surgiram polêmicas e diferenças ideológicas e metodológicas entre as organizações sobre como devia ser feita a guerra contra o comunismo, a identificação de possíveis parceiros nessa tarefa e as causas da expansão da ameaça vermelha. Algumas dessas organizações eram:

¹ Este artigo é uma tradução para o português do texto que os autores apresentaram no Segundo Colóquio “Pensar las derechas en América Latina en el siglo XX”, sediado na Universidad Nacional de General Sarmiento, entre os dias 13 e 15 de julho de 2016. Os autores agradecem a ajuda de Livia Mauro Mendes com a tradução deste texto.

² Universidad Nacional de General Sarmiento e Conicet. E-mail: ebohosla@ungs.edu.ar.

³ Universidad de la República. E-mail: magdalena.broquetas@gmail.com.

1. partidos e figuras da direita liberal-conservadora que também tiveram uma agenda anticomunista (em alguns casos superposta ou mimetizada por uma agenda antissindical e antiesquerda, no Uruguai, e antiperonista, na Argentina);
2. organizações anticomunistas de países sul-americanos com alcance hemisférico, como o Movimento Jovem América, a Confederação Anticomunista Latino-Americana ou a World Anti-Communist League;
3. alguns órgãos do governo dos Estados Unidos, interessados na vigilância e na perseguição de atores pró-soviéticos na região, mesmo antes de a Revolução Cubana declarar-se explicitamente como marxista-leninista.

Este texto trata de reconstruir o universo dos vínculos estabelecidos por organizações anticomunistas argentinas e uruguaias entre o final da década de 1950 e o final da década seguinte. Com esse propósito foram identificados alguns dos temas e as práticas políticas que possibilitaram a existência de espaços compartilhados através do Rio da Prata. Este artigo procura aproveitar as vantagens do uso da análise transnacional para conhecer melhor os intercâmbios e trocas feitas no cenário rio-platense e sul-americano. Além disso, a renovação da historiografia da Guerra Fria na América Latina estimula-nos a propor cronologias menos rígidas do que as que são normalmente usadas pela história das relações internacionais, porque seus objetos de interesse são alguns aspectos da vida cultural da América Latina e de seus vínculos com os fenômenos e atores da política continental (SPENSER, 2004; DURHAM & POWER, 2010; FRANCO & CALANDRA, 2012).

Nossa hipótese é de que distintas organizações anticomunistas da Argentina e do Uruguai teceram vínculos entre elas nos últimos anos da década de 1950 e pelo menos até o início das ditaduras militares na década de 1970: essas relações parecem ter sido mais importantes do que as sugeridas pela bibliografia até agora. Em particular, colocamos em destaque alguns dos vínculos estabelecidos no começo da década de 1960 entre grupos anticomunistas identificados com duas correntes ideológicas. Em primeiro lugar, vamos caracterizar os grupos

“democratas”, como o Movimiento Ruralista, orientado no Uruguai por Benito Nardone, e a Federación Argentina de Entidades Democráticas Anticomunistas (Faeda), sediada em Buenos Aires. Em segundo lugar, são analisadas as organizações que se autodenominavam “nacionalistas”, como o Movimiento Nacionalista Tacuara da Argentina e as uruguaias Frente Estudiantil de Acción Nacional, o Movimiento Nacionalista Montonera e o Movimiento Nacionalista Revolucionario (MNR).

Esta pesquisa fundamenta-se na procura e análise de um conjunto amplo de fontes primárias, como os jornais das organizações anticomunistas, a imprensa comercial de Buenos Aires e Montevideú, os documentos oficiais dos Estados nacionais e dos serviços de inteligência policial, bem como os produzidos por agentes diplomáticos dos Estados Unidos. Essas fontes sofreram uma interrogação destinada a conhecer a autoimagem desses grupos, sua inclusão em redes nacionais e internacionais e a natureza de seus projetos políticos.

Na primeira parte deste artigo apresentamos uma descrição geral dos principais problemas sociais e políticos da Argentina e do Uruguai no período que aqui interessa, identificando, com maior precisão possível, a localização e o espaço político disponível para as organizações anticomunistas. Na segunda parte são apresentados os padrões organizativos, as principais ideias políticas e os diagnósticos sociais e políticos desses grupos. A terceira parte concentra-se no estudo dos vínculos transnacionais estabelecidos pelas organizações anticomunistas em diversas escalas: a platina, a americana e a global. Finalmente, as conclusões apontam a identificação dos mais importantes resultados desta pesquisa e dos problemas a serem revisados no futuro pela historiografia do anticomunismo na região.

A Argentina e o Uruguai nos anos 1950 e 1960

O final da Segunda Guerra Mundial e a consolidação de uma ordem mundial bipolar, marcada pelo confronto entre os Estados Unidos e a União Soviética, estimulou uma fase de forte preocupação anticomunista no Ocidente. Esse tempo foi

vivido sob o paradigma da defesa da "liberdade" e "democracia". Este último conceito — bem como a advertência recorrente sobre a "ameaça totalitária" — era invariavelmente associado ao "comunismo" e ao modelo soviético. Entre 1946 e 1947, na medida em que se consolidou a Guerra Fria, a política externa americana foi baseada na "doutrina da contenção", segundo a qual a União Soviética representava uma ameaça global permanente e de longo prazo. Dado este diagnóstico, nas seguintes quatro décadas, sucessivos governos dos Estados Unidos ofereceram grandes recursos e implementaram diversos canais de cooperação em todos os continentes para combater a influência (real ou imaginária) comunista nos níveis político, econômico, cultural e militar. Neste contexto, é possível reconhecer na América Latina um maior intervencionismo de Washington em vários planos. A interferência dos Estados Unidos na América do Sul não foi uma invenção de 1947, mas trouxe algumas novidades a partir de então, o que se intensificou após a Revolução Cubana e, principalmente, após a fracassada invasão da Baía dos Porcos (WESTAD, 2005, pp. 158-206; HUGGINS, 1998). A "localização" da Guerra Fria na América Latina incluiu não só a vigilância da diplomacia da URSS e dos partidos comunistas nacionais, mas também dos movimentos populistas, das experiências nacionalistas e dos líderes sindicais, vistos como aliados ou funcionários de Moscou que facilitariam a chegada da ditadura do proletariado (BOHOSLAVSKY & IGLESIAS, 2014, pp. 113-133). Através dos membros diplomáticos de embaixadas e agências de segurança (FBI e CIA) foi seguida de perto a realidade latino-americana para direcionar processos políticos e econômicos com base em seus interesses, com foco na contenção do conflito social e o incentivo do desenvolvimento econômico-liberal. Para combater a suposta influência soviética foi encorajada a formação de sindicatos pró-americanos, foram acordadas ações com os governos ideologicamente mais próximos e foram apoiados os programas de ajuda estrangeira, como empréstimos monetários e planos de modernização (e adaptação ideológica) das forças policiais e militares. Normalmente, estas ações foram acompanhadas por campanhas de propaganda destinadas a sensibilizar os governantes, as elites e os setores populares da América Latina que, segundo eles, subestimaram a "ameaça comunista".

Imediatamente após a guerra, o Departamento de Estado e as agências secretas de segurança tiveram uma intensa atividade no Uruguai, país considerado prioritário porque sua cidade capital estava agindo como uma porta de entrada para o continente americano, em virtude de sua longa tradição de asilo e de recepção a refugiados políticos. Desde a sua criação em 1947, a estação montevideana da CIA manteve uma estreita relação com a polícia política local. Por exemplo, foi através do trabalho conjunto de ambos os departamentos que a CIA monitorou o deposto presidente guatemalteco Jacobo Árbenz, exilado no Uruguai com a sua família entre 1957 e 1959. As atividades de espionagem foram acompanhadas por campanhas de propaganda através da mídia, da rádio e de organizações criadas *ex profeso* para unir esforços ao combate anticomunista. Estas incluíam a subsidiária uruguaia da Confederação Interamericana de Defesa do Continente, o Movimento Antitotalitário do Uruguai e a Liga Anticomunista Oriental, que patrocinaram ciclos de debates e conferências e tinham acesso a programas de rádio e imprensa nacional (APARICIO et al., 2013, pp. 116, 170-175).

Na Argentina, o fenômeno peronista contribuiu para redefinir identidades políticas de uma maneira nova e dificilmente traduzível para a polaridade entre esquerda e direita. Apenas a presidência de Frondizi, em 1958, e sobretudo após o impacto da Revolução Cubana no início dos anos 1960, começou a sentir o peso dessa classificação binária ideológica, que complementou — e não substituiu — a clivagem que separava peronistas e antiperonistas. Tanto a política externa tercerista do peronismo quanto a suspeita nacionalista que tinha uma parcela significativa das Forças Armadas dificultaram o desenvolvimento de algumas das estratégias de intervenção consensual que Washington influenciou sobre outros países da região.

No final da década de 1950, em ambos os países começou a reverter a prosperidade econômica que viveram desde o fim da Segunda Guerra Mundial, tornando-se evidentes algumas das limitações do protecionismo e do modelo dirigista testado desde então. Os efeitos da crise econômica foram estagnação produtiva e declínio dos salários reais, o que impactou negativamente os trabalhadores e as classes médias que tinham obtido grande capacidade de pressão

para sustentar seus interesses sob o peronismo e neobatllismo. A agitação social generalizada teve a sua expressão eleitoral no Uruguai, nas eleições de 1958, com a vitória da aliança do setor herrerista do Partido Nacional e do Ruralismo, um movimento sindical rural que exigia o fim do modelo de industrialização protegida. Rapidamente, o novo governo implementou uma política de liberalização econômica e distanciou do Estado o papel de "árbitro" e regulador dos interesses, como tinha sido o papel do regime neobatllista (ALONSO & DEMASI, 1986).

Na Argentina, uma parte deste programa de liberalização econômica foi desenvolvida a partir de 1955, embora a implementação nunca conseguisse ser completa em virtude da resistência dos trabalhadores organizados e da falta de apoio dentro das Forças Armadas. Por trás do desejo de dismantelar a regulação e a intervenção estatal achavam-se os latifundiários, setores empresariais industriais e homens de direita liberal-conservadora. Esses setores entendiam que um realinhamento mais forte do país com os Estados Unidos permitiria a chegada de investimentos e empréstimos daquele país e facilitaria o comércio internacional. A vida política e econômica da Argentina transitou até a última ditadura (1976-1983) com os problemas decorrentes de uma economia sem capacidade para assegurar um crescimento sustentado ao longo do tempo, mas, ao mesmo tempo, oferecendo níveis de emprego e salários reais altos, comparados com a região e com a história anterior à experiência peronista.

A aliança herrero-ruralista atingiu fortes laços com o governo dos Estados Unidos, a fim de impulsionar planos de desenvolvimento e segurança nacional. Nos anos seguintes, as campanhas de propaganda e difusão cultural foram intensificadas e recursos consideráveis foram dedicados à formação de dirigentes sindicais e intercâmbios e estadias nos centros de estudo e de formação estadunidenses. Foram apoiadas organizações sindicais opostas ao sindicalismo classista e foi criado o Instituto Uruguayo de Educación Sindical, dependente do Instituto Americano para el Desarrollo del Sindicalismo Libre (BROQUETAS, 2014, pp. 63-64).⁴ De qualquer

⁴ Sobre o diagnóstico e os planos de Washington com relação ao Uruguai, ver o relatório aprovado pelo Departamento do Estado, de 24 de setembro de 1963. US Department of State, "Department of State to Amembassy Montevideo: Policy Toward Uruguay — Latin American Policy Committee

forma, estas tentativas de construir um sindicalismo "livre" faziam parte de um esforço do governo dos Estados Unidos e da American Free Labour para alcançar toda a América do Sul (BOZZA, 2009).

Ao longo dos anos 1960, a agitação social e política ascendeu nos dois países, alcançando regimes cada vez mais determinados a apostar na repressão política. Tornou-se habitual o fato de que o governo uruguaio, para conter os conflitos com trabalhadores e estudantes, aprovaria Medidas Prontas de Segurança (ALDRIGHI, 2007; IGLESIAS, 2010). A repressão na Argentina teve níveis comparáveis aos uruguaio, mas combinados com um padrão de recorrentes intervenções militares para condicionar ou deslocar os governos legalmente constituídos. Enquanto o regime peronista implantou mecanismos de policiamento e perseguição do Partido Comunista, estes processos foram intensificados depois de 1956 porque as autoridades assumiram como viável — ou já assinado — um acordo entre os comunistas e os peronistas (ambos igualmente "totalitários") para ativar os conflitos sindicais (MARENGO, 2015; SPINELLI, 2005, p. 247).

Neste contexto, deve ser entendida a criação da Divisão de Investigação de Partidos Antidemocráticos da Polícia Federal em 1956 (UBERTALLI, 2010, p. 251). O Partido Comunista Argentino (PCA) foi submetido à repressão sob o governo de Frondizi (1958-1962), o que não impediu o presidente de repetidamente ser acusado de pró-comunista. Frondizi usou o Plano "Conmoción Interna del Estado" (Conintes), para perseguir os dois peronistas e comunistas (PADRÓN, 2012, p. 165). O PCA foi colocado fora da lei em 1961 e foram julgados em tribunal militar aqueles acusados de participar de crimes de "perturbação da ordem pública" ou "minar a autoridade". Em 1966, após a imposição da ditadura liderada pelo general Juan Carlos Onganía, aumentou a repressão política, sem sequer se respeitar as salvaguardas do Estado de Direito.

É interessante notar que essa repressão não era consistente com a presença de um partido de esquerda de relevância em nenhum dos dois países. Até o início da década de 1970, as forças de esquerda no Uruguai conquistaram menos de 10%

Meeting", 15 de agosto de 1963, National Archives and Record Administration, Washington, RG59.SNF.1963.PD.BOX4084.

das adesões do eleitorado, o que representou um teto muito baixo. As forças de esquerda tinham diferenças ideológicas sobre a ligação com a URSS e a adoção de violência revolucionária. Da mesma forma, na Argentina, a esquerda não mostrou força eleitoral, apesar de uma presença crescente em espaços sindicais. Em ambos os países, a sua influência era ponderada conforme suas tentativas de formar frentes eleitorais — no caso argentino, ocasionalmente incluiu-se a ideia de incorporar as massas peronistas ao seu líder exilado — e os vínculos mantidos com o sindicato e o movimento estudantil, ambos altamente ativos e com diagnósticos e propostas para superar a crise estrutural.

Conseqüentemente, o "comunismo" que várias organizações desafiavam com urgência e preocupação não fazia referência aos partidos comunistas, mas a um estado amplo de insatisfação com a política econômica, à ativação relativamente autônoma de jovens e trabalhadores e a um desafio aos valores socialmente tradicionais ou conservadores. Foi neste período que se potencializou a estigmatização dos movimentos sociais e de organizações sindicais e estudantis, que foram identificados com a figura do "inimigo interno", um verdadeiro pilar ideológico da Guerra Fria. Não é surpreendente que nesse âmbito surgiram organizações políticas devotadas a combater ou eliminar a presença do "comunismo" em seus países.

Os anticomunistas do Rio da Prata: ideias e projetos

Seguindo uma tendência mundial, tanto na Argentina quanto no Uruguai a consolidação da Guerra Fria na década de 1950 trouxe mudanças das direitas locais. Podem ser percebidas duas tradições ideológicas com diferentes percepções sobre a democracia: uma liberal-conservadora, hegemônica entre as direitas e inicialmente alinhadas através da retórica antifascista liderada pelos Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial; uma antiliberal, que tinha conjuntado organizações de extrema direita, as quais tiveram seu auge nas décadas de 1930 e 1940, simultaneamente à ascensão do fascismo, e que se achavam desmembradas ou fora da lei após 1945. Entre o final dos anos 1950 e meados da seguinte década, as duas

correntes experimentaram novos impulsos. Em ambos os países surgiram organizações apresentadas como "democratas", as quais se dedicavam à defesa da ordem estabelecida (ocidental, capitalista e liberal) que, segundo elas, estava sendo minada em múltiplas dimensões.

No Uruguai proliferaram muitas destas organizações entre 1958 e 1962, período que coincidiu com a chegada do ruralismo ao governo nacional. Entre as mais representativas estavam a Asociación de Lucha Ejecutiva contra los Totalitarismos en América (Alerta); a Confederación de Estudiantes del Interior; a Organización de Padres Demócratas; o Movimiento Nacional para la Defensa de la Libertad; os Amigos de Cuba Libre y Democrática; as Organizaciones Demócratas del Interior; e o Movimiento Cristiano del Uruguay para la Defensa de la Libertad y los Derechos Humanos (BROQUETAS, 2014, pp. 79-123). Embora este arquipélago de movimentos tenha recebido muitos novos membros, vários dos líderes dessas organizações já eram militantes anticomunistas nos anos 1940.

No território argentino a luta contra o "Castro-Comunismo" foi realizada por vários atores além do Poder Executivo e das Forças Armadas. A organização anticomunista "democrática" mais importante foi a Faeda, que incluía dezenas de grupos anticomunistas locais desde 1963. A Faeda tinha atores identificados com o antiperonismo dos primeiros anos 1950, que participaram do golpe de Estado de 1955. Eram grupos pequenos dentro da coalizão peronista dos anos 1960, mas mantiveram uma linha dura, insistindo na consideração de que o general exilado em Madrid era um aprendiz de feiticeiro que tinha desencadeado forças selvagens e incontroláveis que só poderiam ser dominadas com a restauração da disciplina social (BOHOSLAVSKY, 2016). Empresários, donos de mídia e oficiais das três Forças Armadas insistiram sistematicamente, após a queda de Perón, que seu regime tinha sido o passo prévio à imposição de um modelo econômico e político inspirado na URSS.

Entre as definições da direita "democrata" na Argentina e no Uruguai, contava-se a defesa da democracia liberal, a filiação explícita ao "mundo livre" e as suspeitas sobre a mobilização de sindicatos classistas (e/ou peronistas). No entanto, o principal elemento que marcou sua imaginação e suas ações foi o anticomunismo.

Neste sentido, eles retomaram e aprofundaram a militância anticomunista das organizações "antitotalitárias" dos anos 1940. Seus membros tinham laços ou integravam partidos políticos (setores do Partido Nacional e do Colorado no Uruguai, organizações liberais-conservadoras na Argentina) e mantinham-se perto de altos representantes do governo, da hierarquia da Igreja Católica, de grupos empresariais e de facções militares.⁵

A ação das organizações "democratas" respondeu à convicção de que havia um "inimigo" infiltrado no corpo social nacional, inimigo que devia ser combatido com uma forma de guerra anormal e secreta. Isso explica a grande importância dada à coleta, organização e disseminação de informações, ao controle ideológico e à delação como meios específicos de luta anticomunista. Embora eles agissem de acordo com o diagnóstico de que era necessário implantar "frentes" para realizar ações específicas, as organizações "democratas" concentraram a maior parte de suas atividades no monitoramento e depuração não apenas de professores e alunos de escolas secundárias e universidades e de funcionários públicos em geral, mas também de autoridades e parlamentares suspeitos de ser cripto-comunistas.⁶ Eles também conduziram campanhas para a promulgação de leis que punissem atividades "antinacionais" ou para orientar a política externa nacional em uma linha contrária ao bloco soviético. Suas autoridades fizeram várias visitas protocolares às autoridades civis e militares e a outras instituições também preocupadas com a

⁵ Servicio de Inteligencia y Enlace [SIE], Informe sobre organizaciones anticomunistas no oficiales, abril de 1962, Pasta n° 674 y Memorandum sobre organizaciones gremiales, 25 de mayo de 1964, Pasta n° 1285, Archivo de la Dirección Nacional de Información e Inteligencia [ADNII].

⁶ "A la opinión pública", *La Mañana*, Montevideo, 19 de janeiro de 1961; "El comunismo en el liceo de Rocha" e "La actividad subversiva en Uruguay", *Boletín de la Organizaciones Demócratas del Interior* [ODI], n° 4, 5 y 6, Montevideo, nov.-dez. 1962 e jan. 1963. A denúncia de pessoas e organizações suspeitas de serem comunistas foi feita também através de publicações específicas. Para o Uruguai: MARTÍNEZ BARSETCHE, José Pedro, *Peligro comunista en el Uruguay*, Montevideo, Suplemento do jornal *La Voz de la Libertad*, 1958; CANO, Diógenes, *Cabezas rojas en el Uruguay*, Montevideo, Impresora Rumbos, 1963; e NARDONE, Benito, *Peligro rojo en América Latina*, Montevideo, Impresiones Diario Rural, 1961. Algumas das denúncias da Faeda sobre os cripto-comunistas em "¿Será posible?", *La Razón*, 12 jan. 1968.

propagação do comunismo no país e na região.⁷ A eficácia da sua fervorosa atividade anticomunista pode ser percebida principalmente no sucesso obtido na formação da opinião pública e no impacto sobre o senso comum de amplos setores sociais não mobilizados, “silenciosos”, que, a priori, eram seu público-alvo. Observa-se que nestes grupos houve uma divisão geracional de trabalho: enquanto as autoridades estavam envolvidas em atividades mais solenes e formais (conferências de imprensa, visitas às autoridades, etc.), os membros jovens adotavam práticas de ação direta, muito menos revestidas de ideologia e argumentos democráticos (BOHOSLAVSKY, 2015).⁸

Simultaneamente ao aparecimento das organizações anticomunistas “democráticas” surgiram aquelas identificadas como “nacionalistas”, as quais defendiam uma “terceira posição” na política internacional, equidistante e alternativa em relação ao liberalismo e ao comunismo. No Uruguai essas organizações foram a Frente Estudiantil de Acción Nacional (ativa em 1961); o Movimiento Nacionalista Montonera; o MNR (para o período 1963/1964); e a Cruzada Revolucionaria Patriótica (resultante da fusão das duas anteriores, em 1965) (BROQUETAS, 2014, pp. 145-197). Na Argentina destacaram-se o Movimento Nacionalista Tacuara e algumas de suas organizações derivadas, como a Guardia Restauradora Nacionalista e grupos identificados com o peronismo de direita (BESOKY, 2016). Tacuara foi formada no final dos anos 1950 por estudantes de escolas secundárias e universidades em Buenos Aires, mobilizados pelo conflito gerado pelo projeto de lei que autorizava a concessão de diplomas universitários por parte de instituições privadas. Seu líder era Alberto Ezcurra Urriburu, mas o mentor ideológico foi o padre Julio Meinvielle, sobre o qual serão feitos alguns comentários mais adiante.

⁷ “Leyes democráticas contra las actividades antinacionales”, *La Mañana*, 31 de janeiro de 1961; “Ojo con ALERTA”, *Marcha*, Montevideu, 2 de dezembro de 1960; e “ALERTA ciudadano para su meditación”, *El Diario*, Montevideu, 14 de dezembro de 1960 y *El Día*, Montevideu, 15 dez. 1960.

⁸ Sobre o diagnóstico que os líderes desses grupos faziam dos perigos que ameaçavam a juventude: “En el seno de ALERTA se analizaron los Problemas de la Juventud Actual”, *El Día*, Montevideu, 3.11.1960.

As organizações instaladas em ambas as margens do Rio da Prata tinham várias vinculações, conforme será discutido na próxima seção, mas também muitas semelhanças. Por causa desses aspectos compartilhados tais organizações podem ser consideradas em dívida com grupos filo-fascistas dos anos 1930, como os nucleados em torno das revistas *Fragua*, *Audacia*, *El Orden*, *Atención* e *Corporaciones*, em Montevideú, ou *Crisol*, *Bandera Argentina* e *El Pampero*, em Buenos Aires. Essas semelhanças têm a ver com o seu antiliberalismo e anti-imperialismo em relação aos Estados Unidos, com a adoção da Falange de José Antonio Primo de Rivera no nível doutrinário e organizacional e com o uso de vários rituais de iniciação e passagem para seus membros. Estas organizações também expressaram um forte protesto contra o regime de democracia multipartidária, insistindo em apontá-lo como velho, estrangeirizante e prejudicial. Pelo contrário, suas definições sobre organização política colocavam ênfase na necessidade de um Estado autoritário e paternalista, que pudesse assumir as tarefas de produção e distribuição de bens e serviços e de organização da vida política e econômica sob princípios "nacionais" e católicos. Além disso, o antissemitismo era central nas definições das organizações argentinas e uruguaias e representava uma ponte com seus predecessores dos anos 1930 (GUTMAN, 2003; SANTIAGO JIMÉNEZ, 2016).⁹

Ao contrário das organizações anticomunistas "democratas", as "nacionalistas" preferiam as atividades políticas praticadas nas ruas às praticadas no Parlamento. A noção de "luta contra o comunismo" tinha conotações mais mundanas e ideias de ação direta (BROQUETAS, 2016). A exemplo disso, algumas das práticas adotadas pelos "nacionalistas" equivaleram a brigas nas ruas com jovens de esquerda, a grafites nas paredes, a assaltos e até mesmo a atentados com explosivos. No entanto, apesar das diferenças ideológicas, as ações clandestinas das organizações "nacionalistas" geraram a simpatia e o apoio das organizações "democratas" — que

⁹ Sobre as organizações do Uruguai: "Con el Führer Baccino (a media luz). 'Prohibido sacar fotos'", *Acción*, Montevideú, 7 de julho de 1962; "Conferencia en el FEDAN", *La Escoba*, Montevideú, 11 de julho de 1962; "El sistema liberal", *Revolución Nacional*, Montevideú, s.f., nº 1, 1964; "Revolución total" e "Por qué somos totalitarios", *El Federal*, nº 6, Montevideú, 27 de maio de 1964; "Golpe y Revolución", *Patria Libre*, nº 2, Montevideú, setembro de 1965; e "Comunismo y judaísmo", *Patria Libre*, nº 8, 9 y 10, mai-jun-jul. 1966. Sobre os ritos e simbologia desses grupos, ver GALVÁN (2008).

só contestaram o uso da violência terrorista no discurso —, bem como de bandas de criminosos pagos pela CIA, com a cumplicidade da polícia política uruguaia. No caso argentino, os laços entre a CIA e a polícia política têm sido menos explorados (UBERTALLI, 2010).

Os anticomunistas do Rio da Prata: suas redes

As organizações anticomunistas argentinas e uruguaias tiveram muitos pontos de contato. Alguns deles surgiram da participação conjunta em redes de alcance americano ou mundial; outros surgiram das trocas e dos cruzamentos diretos entre tais organizações. A intensidade das ligações detectadas entre as organizações "nacionalistas" nos anos 1960 convida-nos a pensar sobre a existência de organizações nucleares com "braços" locais nos respectivos países. Desde 1961 foram notórios os laços de identidade e as semelhanças nas ações da Frente Estudiantil Nacionalista (Fedan) e o Movimiento Nacionalista Tacuara, embora as semelhanças tenham se tornado ainda mais explícitas após o estabelecimento no Uruguai do Movimiento Nacionalista Montonera, em 1964. Desde então, o Movimiento Nacionalista Revolucionario (MNR) também apresentou muitas semelhanças com as bandas de direita radical, com as quais também compartilhou alguns membros. Finalmente, quando em 1965 o MNR e Montonera decidiram se unir, a Cruzada Patriótica Revolucionária tornou-se herdeira desse vínculo. Além do substrato comum resultante da leitura e da filosofia da história e da construção de uma identidade política compartilhada (REALI, 2004; 2005), esses grupos concordaram com a interpretação da sua contemporaneidade e, em termos muito gerais, com um projeto político de curto prazo. Um olhar comparativo sobre a atividade desses movimentos no Uruguai e na Argentina oferece uma forte evidência de que eles compartilhavam um plano de ação conjunta. Um dos melhores exemplos sobre essas conexões é evidente a partir do estudo do impacto do sequestro, julgamento e execução do ex-homem forte de Auschwitz, Adolf Eichmann (BROQUETAS, 2010; BOHOSLAVSKY, 2010). Na Argentina e no Uruguai, depois da captura de Eichmann, ocorreram atentados contra sinagogas, instituições sociais e culturais judaicas e casas de

cidadãos judeus nos primeiros meses de 1960. No Uruguai, dois jovens envolvidos nos ataques confessaram à polícia que eram membros de um comando que recebia instruções de um movimento nacionalista da Argentina. Em junho e julho de 1962, imediatamente após a execução de Eichmann, novamente ocorreram episódios violentos que mostram as relações entre os movimentos dos dois países. Na Argentina, houve um aumento notável da campanha antissemita dirigida pelo Movimento Nacionalista Tacuara e a Guardia Restauradora Nacionalista. Entre os numerosos atos violentos contra instituições, casas e pessoas de origem judaica, o mais conhecido pela sua gravidade e impacto foi o sequestro da jovem estudante Graciela Sirota, nos últimos dias de junho. Ela reconheceu entre seus sequestradores três jovens que eram provocadores antissemitas e estavam presentes em uma reunião política realizada alguns dias antes na Faculdade de Medicina. Além de ter sofrido espancamentos e queimaduras de cigarro em várias partes do corpo, ela foi brutalmente tatuada com uma suástica em seu peito. Duas semanas após o ataque à Graciela Sirota em Montevideu, a jovem paraguaia Soledad Barrett foi sequestrada e agredida da mesma forma. Soledad, como vários membros de sua família, compunha os adversários da ditadura promovida pelo general Stroessner fora do Paraguai. Na agressão contra Soledad Barrett teve um importante desempenho Pedro Andrade Arregui (conhecido como Carlos Rojo), um uruguaio que empenhou diversos esforços para se aproximar da extrema direita uruguaia aos movimentos latino-americanos com a mesma ideologia, em particular, aos argentinos. No final de 1961, Andrade Arregui morava em Buenos Aires, integrava o Movimiento Progresista de Uruguay e presidia a comissão organizadora do Congresso das Juventudes Nacionalistas Revolucionárias.¹⁰ Além da semelhança verificável em relação ao caso Sirota, as implicações de Tacuara nos ataques em julho de 1962 no Uruguai tornaram muito visível a presença em Montevideu de vários membros dessa organização, ligada, por sua vez, à comunidade local dos mórmons.

¹⁰ SIE, Memorandum informando “sobre el atentado perpetrado en la persona de la señorita Soledad Barrett”, 17 de julho de 1962, Pasta N° 862 e memorandum: “Se informa sobre identidad del artista Carlos Rojo y sobre el proyectado 1er Congreso Latino Americano de Juventudes Nacionalistas Revolucionarias”, Pasta N° 726, ADNII.

As ligações internacionais Tacuara estavam suportadas pelas redes construídas durante décadas por sua *alma mater*: o jesuíta Julio Meinvielle. Meinvielle tinha vasta experiência como ideólogo da direita radical e do antissemitismo na Argentina. Ele publicou vários livros sobre a oposição entre o catolicismo e a modernidade. Esta foi retratada por ele como uma hidra tricefálica composta de comunismo, liberalismo e judaísmo. Segundo Luis Herran Ávila (2012) Meinvielle viajou muitas vezes para o México para aconselhar grupos semelhantes a Tacuara, como Los Tecos ou El Yunque. Herran Ávila mostrou os laços do padre Meinvielle com Salvador Borrego, autor do livro revisionista *Derrota Mundial* (publicado em 1953), mas também sabemos de suas ligações com outras organizações anticomunistas, como a Frente Universitario Anticomunista e o MURO (SANTIAGO JIMÉNEZ, 2012), este último também ligado aos movimentos nacionalistas uruguaios.

Esses vínculos permitem compreender o fato de que as organizações "nacionalistas" argentinas e uruguaias compunham redes mais amplas, como o movimento neofascista Jovem América, filial latino-americana da organização Jovem Europa, que tinha um escritório em Buenos Aires. Essa rede parece ter funcionado como um espaço para troca de experiências, periódicos e textos teóricos. Em 1963 foi lançada a organização de um congresso promovido por jovens nacionalistas em toda a América, destinado a reforçar a solidariedade entre pares e chegar a um acordo sobre um programa político comum. A Jovem América também tinha ligações com a organização de exilados cubanos nos Estados Unidos, agrupados no Movimiento Nacionalista Cristiano, que lutava para derrubar o governo cubano. Seu boletim informou sobre a preparação de um "congresso de organizações nacionalistas na América Latina" pelos "camaradas de la Asociación Nacionalista Cubana".¹¹

Porque o antissemitismo era um dos pilares ideológicos desses movimentos "nacionalistas", eles conseguiram estabelecer conexões, na Argentina e no Uruguai, com a Liga dos Estados Árabes, promotora da luta antissionista desencadeada em todo o mundo após a criação, em 1948, do Estado de Israel. Em outubro de 1962, a

¹¹ "Comunicación de Enlace", *Joven América*, ano 1, nº 1, 1963 e carta de Manuel de la Isla Paulín a Basilio García Corominas, s.f., 1964, em: SIE, Pasta Nº 1840a, ADNII.

chegada do diplomata tunisiano e do ativista Hussein Triki à Argentina beneficiou os movimentos como Tacuara e Guardia Nacionalista Restauradora, os quais receberam verbas para as suas estruturas organizacionais que atingiram saltos qualitativos em sua campanha antissemita. No Uruguai e na Argentina foram reproduzidos artigos de *Nación árabe*, a revista mensal da Liga (SENKMAN, 1986, pp. 52-53).¹² Em 1965, a descoberta do corpo de Herberts Cukurs —aviador envolvido no extermínio nazi de judeus em Latvia — desencadeou uma nova onda de atos antissemitas no Uruguai. As ressonâncias do assassinato de Cukurs no Uruguai revelaram mais ligações clandestinas entre os membros do corpo diplomático árabe e as organizações "nacionalistas" de ambos os lados do Rio da Prata, encorajadas pelo apoio financeiro do Secretário da Embaixada da Liga Árabe em Montevideú.¹³

Na luta contra o comunismo esses grupos mantiveram ligações com governos, oficiais militares e policiais locais que forneceram proteção policial, armas e treinamento, bem como vínculos com diferentes áreas do Estado. No Uruguai está provado que aceitaram ajuda financeira da diplomacia dos Estados Unidos para realizar ataques terroristas. Entre 1960 e 1962, a estação montevideana da CIA promoveu a criação de esquadrões para aterrorizar os militantes de esquerda e intervir nas decisões governamentais sobre o isolamento e a condenação de Cuba. Desses grupos participaram sicários sem ideologia e exilados anticomunistas de Cuba e da Europa Oriental. Eles instruíram os homens armados locais sobre a fabricação de dispositivos explosivos e sobre várias técnicas de intimidação contra os militantes de esquerda. No desenvolvimento de suas operações eles foram acompanhados por membros de grupos "nacionalistas" (AGEE, 1975).¹⁴

¹² "Prisioneros cristianos", *El Federal*, nº 6, Montevideú, 27 mai. 1964.

¹³ SIE, "Memoria Anual. Departamento de Inteligencia y Enlace. Año 1965", Anexo nº 7. Caixa 28, ADNII e notas mecanografiadas com o título "Montonera", s.f., [¿maio de 1965?], Pasta nº 1184, ADNII.

¹⁴ SIE, Oficio nº 227 dirigido ao Juiz Letrado de Instrucción y Correccional de 5to Turno, 14 set. 1962, Pasta Nº 845.

No caso das organizações anticomunistas "democratas", sabemos que estabeleceram ligações com indivíduos e organizações distantes do contexto sul-americano, como os grupos de exilados cubanos e da Europa Oriental. Desde o início dos anos 1960 havia cubanos, húngaros e polacos que participaram de demonstrações, palestras e atividades culturais¹⁵ desenvolvidas na Argentina e no Uruguai, não só nas cidades capitais. Esses atores funcionavam como *hubs*, com organismos transcontinentais anticomunistas, como a Assembleia de Nações Europeias Cativas. Simultaneamente, através destes espaços cresceram as conexões entre a Faeda, os grupos "democratas" do Uruguai e os dirigentes do Movimiento Ruralista, que mantiveram a luta anticomunista iniciada após o triunfo da Revolução Cubana. Embora ainda haja muito a ser pesquisado, parece possível afirmar que, apesar de suas nuances, esses atores concordaram com um anticomunismo liberal, empresarial e pró-Washington, articulado a entidades continentais (como a Comissão Interamericana para a Defesa do Continente) ou globais (como a Assembleia de Nações Europeias Cativas e a World Anti-Communist League).¹⁶ Estes organismos auspiciaram, desde os anos 1950, a realização de conferências anticomunistas, como as promovidas pela Faeda em Buenos Aires, entre 1963 e 1967, que tiveram delegações de organizações "democratas" do Uruguai e de líderes do ruralismo.¹⁴ Em ambos os países, essas atividades eram protegidas pela polícia política que, por sua vez, trocava informações com as organizações envolvidas com as quais tinha um amplo trabalho de espionagem compartilhado.

¹⁵ SIE, "Otro acto de los estudiantes de Maldonado", *ODI*, nº 4, Montevidéo, nov. 1962. SIE, Oficio nº 227 e Pasta nº 479B.

¹⁶ "Afirmar que la bonhomía democrática en que vive el país es propicia para el comunismo, cuya acción aumentó". *La Razón*, Buenos Aires, 19 de junho de 1965.

¹⁴ "Congreso juvenil anticomunista", *Clarín*, Buenos Aires, 30 de outubro de 1965; "Acción común anticomunista", *Correo de la Tarde*, Buenos Aires, 9 de outubro de 1963.

Considerações finais

Este artigo — que é parte de uma pesquisa dedicada ao estudo integrado das direitas no Cone Sul — tenta superar os limites que resultam de uma prática historiográfica preocupada principalmente com os sujeitos e problemas situados no nível nacional. Sob essa perspectiva, esperamos ter contribuído para perceber, simultaneamente, a natureza transnacional de algumas práticas, redes e identidades políticas implantadas na Argentina e no Uruguai nos anos 1950 e 1960, e a presença de fluxos, apropriações e correntes de circulação de ideias (e de seus promotores) fora da direção norte-sul. A existência de tais redes políticas e sociais locais, binacionais e transnacionais permitiu o trânsito, a adoção e a adaptação da informação, de bens culturais e de projetos políticos diferentes durante a Guerra Fria.

Acreditamos ter contribuído para uma percepção do caráter plural das identidades anticomunistas na Argentina e no Uruguai nas décadas de 1950 e 1960. Perceber essa heterogeneidade ajuda a compreender melhor o processo desenvolvido no final dos anos 1960 e início dos anos 1970, quando se constituiu uma coalizão centralmente anticomunista, que moderou ou deletou as diferenças entre as ideias, identidades, redes e práticas das organizações anticomunistas. Dentro deste grupo heterogêneo, unido apenas por algumas definições categóricas sobre quem eram seus inimigos, é possível identificar duas grandes tradições, a "democrata" e a "nacionalista", de acordo com suas autodenominações. As organizações "democratas" parecem ter surgido na Argentina após o caso uruguaio, que teve seu auge entre 1958 e 1962. A Faeda, cuja criação remonta a 1963, repetiu muitos dos argumentos desenvolvidos pelos seus pares uruguaios, argumentos relacionados à detecção, vigilância e exibição pública de comunistas e cripto-comunistas que constituíam ou alimentavam o "inimigo". Estas organizações adotavam tanto a estratégia de divulgar nomes de pessoas e organizações supostamente servidoras do complô soviético, como uma definição ideológica que parece mais próxima de um anticomunismo difundido pelos Estados Unidos, isto é, liberal — pró-negócios no aspecto econômico e conservador no aspecto social. No entanto, se constata uma diferença entre as duas margens do Rio da Prata: a

presença assídua de referências católicas nas organizações argentinas contrasta fortemente com a natureza secular de grupos uruguaios. Essa diferença parece tornar-se ainda maior quando se considera que há alguma evidência sobre as ligações entre a Faeda e a Sociedade de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (BOHOSLASVKY, 2015). As redes desenvolvidas pelas organizações “democratas” foram baseadas na visão de que em um mundo dividido entre Moscou e Washington não existia lugar para uma terceira posição, portanto deviam ser desenvolvidos todos os esforços de cooperação com os Estados Unidos. Daí a ligação com as organizações de exilados cubanos e da Europa Oriental, as quais deram um tom “global” à sua retórica.

A outra grande família anticomunista, a “nacionalista”, parece inverter a ordem de aparição que teve a família do anticomunismo “democrático”, uma vez que parece ter desenvolvido pela primeira vez na Argentina e logo no Uruguai. Trata-se de atores caracterizados pela sua marginalização em relação ao sistema de partidos, por causa de sua juventude e sua disposição explícita em usar a violência, o planejamento e a execução de atentados. Sua identidade política foi marcada pelo desejo de impor uma revolução nacionalista e católica que conseguisse restaurar as tradições nacionais ameaçadas por causa de uma trama que não era só de Moscou, mas — e talvez principalmente — judaica.

Duas conclusões podem ser tiradas a partir da comparação. A primeira diz respeito ao vínculo com o regime democrático. A visão que pode ser obtida da história das organizações anticomunistas mostra a ambiguidade das relações tecidas por esses grupos no Uruguai com figuras da direita liberal-conservadora (localizada dentro do Partido Nacional e do Colorado). Estas ambiguidades referiam-se a leituras críticas ou condenatórias da Fedan, do Montonera ou do MNR sobre o regime democrático como princípio político, combinado com o reconhecimento do lugar central dos partidos políticos tradicionais na identidade nacional e com a percepção de suas possíveis colaborações com a luta anticomunista. Em contraste, na Argentina organizações anticomunistas mostraram geralmente uma crítica visceral ao regime democrático, que se estendia a uma condenação dos partidos

políticos *in toto*, considerados decadentes e promotores de divisões úteis para a propagação do comunismo no país.

A segunda conclusão refere-se às Forças Armadas. Embora o governo uruguaio estivesse alinhado à política pan-americana promovida pelos Estados Unidos desde a década de 1940, foi no final dos anos 1950 que se intensificou a interferência de Washington nas políticas econômicas, na orientação externa e nas formas de contenção do protesto social. A intervenção dos Estados Unidos tornou-se mais intensa e precoce no Uruguai do que na Argentina, já que Washington encontrou as Forças Armadas e os governos dispostos a aceitarem a sua tutela ideológica pan-americanista. Na Argentina, no entanto, a política externa peronista autonomista primeiro e, após 1955, a centralidade política do combate ao peronismo atrasaram a adoção da lógica da Guerra Fria até os anos 1960. Essas diferenças foram ainda mais agravadas pelas reiteradas intervenções militares na política da Argentina, destinadas a deslocar ou pressionar os governos eleitos, num contexto de proibição legal do peronismo. As Forças Armadas uruguaias, por outro lado, tinham espaços repressivos legalmente definidos como extraordinários, através da implantação das Medidas Prontas de Segurança, que permitiam e limitavam a natureza de suas intervenções. Em suma, as questões levantadas aqui representam um avanço no conhecimento sobre as direitas da Argentina e do Uruguai e, fundamentalmente, sobre os vínculos e projetos compartilhados. As semelhanças encontradas em muitos níveis diferentes, bem como a entrelaçada rede de conexões em diferentes escalas, confirmam a necessidade de uma análise mais aprofundada e sob a chave transnacional para que os motivos e os protagonistas dos golpes dos anos 1970 e ditaduras sejam melhor compreendidos.

Referências bibliográficas

AGEE, Philip. *La CIA por dentro. Diario de un espía*. Buenos Aires: Sudamericana, 1975.

ALDRIGHI, Clara. *El caso Mitrione. La intervención de Estados Unidos en Uruguay (1965-1973)*. Montevidéo: Editorial Trilce, 2007.

ALONSO, Rosa & DEMASI, Carlos. *Uruguay 1958-1968. Crisis y estancamiento*. Montevidéo: Ediciones de la Banda Oriental, 1986.

APARICIO, Fernando; GARCÍA, Roberto; TERRA, Mercedes. *Espionaje y política. Guerra Fría, inteligencia policial y anticomunismo en el Sur de América Latina, 1947-1961*. Montevidéo: Ediciones B, 2013.

BESOKY, Juan Luis. *La derecha peronista. Prácticas políticas y representaciones (1943-1976)*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidad Nacional de La Plata, 2016.

BOHOSLAVSKY, Ernesto. Invención y circulación del Plan Andinia (Argentina y Chile, 1960-1976). In: BOHOSLAVSKY, Ernesto et al. (Eds.). *Problemas de historia reciente en el Cono Sur*. Buenos Aires: Universidad Nacional de General Sarmiento e Prometeo Libros, tomo II, 2010, pp. 177-200.

_____. It's only rock and roll, but I (dis)like it. Anticomunismo, conservadurismo moral y persecución al primer rock argentino en la década de 1960. In: FIUZA, Alexandre et al. (Coords.). *Anais do II Congresso Internacional de Estudos do Rock*. Cascavel, Unioeste, 2015. Disponível em <<http://www.congressodorock.com.br/evento/anais/2015/actual.html>>. Acesso em: 9.10.2015.

_____. Organizaciones y prácticas anticomunistas en Argentina y Brasil (1945-1966). *Estudos Ibero-Americanos*, v. 42, n. 1. Porto Alegre, jan.-abr. de 2016, pp. 34-52.

_____ & IGLESIAS, Mariana. Las guerras frías del Cono Sur: Argentina, Brasil, Chile y Uruguay (1945-1952). *Opsis*, v. 14, n. 2, 2014, pp. 113-133.

BOZZA, Juan Alberto. Trabajo silencioso. Agencias anticomunistas en el sindicalismo latinoamericano durante la Guerra fría. *Conflicto social*, v. 2, n. 2, 2009, pp. 49-75.

BROQUETAS, Magdalena. A propósito de las repercusiones del caso Eichmann. Antisemitismo y anticomunismo en Uruguay (1960-1962). *Revista Encuentros Uruguayos*, v. 3, 2010, pp. 47-63.

_____. Entre la reacción y la restauración. Derechas y violencia en los inicios de la crisis de 1960. *Estudios Ibero-Americanos*, v. 42, n. 1. Porto Alegre, jan.-abr de 2016, pp. 142-166.

_____. *La trama autoritaria. Derechas y violencia (1958-1966)*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2014.

DURHAM, Martin & POWER, Margaret (Eds.). *New Perspectives on the Transnational Right*. New York: Palgrave Macmillan, 2010.

FRANCO, Marina & CALANDRA, Benedetta (Eds.). *La guerra fría cultural en América Latina: desafíos y límites para una nueva mirada de las relaciones interamericanas*. Buenos Aires: Biblos, 2012.

GALVÁN, Valeria. *El Movimiento Nacionalista Tacuara y sus agrupaciones derivadas: una aproximación desde la historia cultural*. Dissertação (Mestrado em Sociologia da Cultura). Instituto de Altos Estudios Sociales da Universidad Nacional de San Martín. Buenos Aires, 2008.

GUTMAN, Daniel. *Tacuara. Historia de la primera guerrilla urbana argentina*. Buenos Aires: Ediciones B Argentina, 2003.

HERRÁN ÁVILA, Luis. The Mutual Enemy: Transnational Anti-Communist Networks in Mexico and Argentina. Ponencia presentada no 126º Congresso da American Historical Association. Chicago, 5-8 jan. 2012. Disponível em: <<http://libros.fahce.unlp.edu.ar/index.php/libros/catalog/book/35>>. Acesso em: 9.3.2016.

HUGGINS, Martha H. *Political Policing. The United States and Latin America*. Durham: Duke University Press, 1998.

IGLESIAS, Mariana. *La excepción y la regla. Estado, partidos políticos y medidas prontas de seguridad en Uruguay 1946-1963*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Instituto del Desarrollo Económico y Social da Universidad Nacional de General Sarmiento. Buenos Aires, 2010.

MARENGO, María Eugenia. *Lo aparente como real: un análisis del sujeto "comunista" en la creación y consolidación del servicio de inteligencia de la policía de la Provincia de Buenos Aires (1930-1962)*. La Plata: UNLP, UNaM e UNGS, 2015. Disponível em: <<http://libros.fahce.unlp.edu.ar/index.php/libros/catalog/book/35>>. Acesso em: 8.12.2016.

PADRÓN, Juan Manuel. Anticomunismo, política y cultura en los años sesenta. Los casos de Argentina y Brasil. *Estudios del ISHiR*, 2012, v. 2, n.v. 4.

REALI, Laura. La ley de monumento a Oribe de 1961: ¿una victoria revisionista?”. In: DEVOTO, Fernando & PAGANO, Nora (Eds.). *La historiografía académica y la historiografía militante en Argentina y Uruguay*. Buenos Aires: Biblos, 2004, p. 39-57.

REALI, Laura. Usos políticos del pasado. Dos discursos históricos para un proyecto político en Uruguay, en la primera mitad del siglo XX. In: GUTIÉRREZ ESCUDERO, Antonio & LAVIANA CUETOS, María Luisa (Coords.). *Estudios sobre América: siglos XIX y XX*. Sevilla: Asociación Española de Americanistas, 2005, pp. 1675-1692.

SANTIAGO JIMÉNEZ, Mario Virgilio. *Anticomunismo católico. Raíces y desarrollo del Movimiento Universitario de Renovadora Orientación*. Dissertação (Mestrado em História Moderna e Contemporânea). Instituto de Investigaciones Dr. José María Luis Mora. México, 2012.

SANTIAGO JIMÉNEZ, Mario Virgilio. *Juventudes católicas contra la 'amenaza comunista'. Estudio comparativo entre el Yunque de México y Tacuara de Argentina (1953-1964)*. Tese (Doutorado em História). Instituto de Investigaciones Dr. José María Luis Mora. México, 2016.

SENKMAN, Leonardo. *El antisemitismo en la Argentina/1*. Buenos Aires: Cedral, 1986.

SPENSER, Daniela (Coord.). *Espejos de la guerra fría: México, América Central y el Caribe*. México: Ciesas/Porrúa, 2004.

SPINELLI, María Estela. *Los vencedores vencidos. El antiperonismo y la “revolución libertadora”*. Buenos Aires: Editorial Biblos, 2005.

UBERTALLI, Jorge Luis, *El enemigo rojo. La represión al comunismo en la Argentina*. Buenos Aires: Acercándonos Ediciones, 2010.

WESTAD, Odd Arne. *The Global Cold War. Third World Interventions and the Making of Our Times*. New York: Cambridge University Press, 2005, pp. 158-206.